



Ata da 21ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 21 de dezembro de 2021.

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e vinte e um minutos, a Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. Conforme o registro de chamada, não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Leonardo Cleiton Camargo fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Projetos de Lei:** 133/2021 – Adriano Pereira Verediano; 129/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 130/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 134/2021 – Leonardo Cleiton Camargo. **Indicações:** 6652, 6653, 6654, 6655, 6656, 6657, 6658, 6659, 6660 e 6661/2021 – Adriano Pereira Verediano; 6580, 6581 e 6582/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 6619/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 6593, 6618, 6623 e 6668/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 6629, 6638 e 6645/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira e Paulo Sérgio de Almeida; 6601, 6602, 6603, 6604, 6605 e 6606/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 6589, 6596, 6600, 6644, 6646, 6650 e 6651/2021 – Brás Zagotto; 6696, 6707, 6709 e 6710/2021 – Delandi Pereira Macedo; 6585, 6586, 6630, 6631, 6632, 6633, 6634, 6635, 6636, 6637 e 6662/2021 – Diogo Pereira Lube; 6570, 6583, 6587, 6588, 6597, 6598, 6599, 6624, 6625, 6626, 6627, 6628 e 6649/2021 – Evandro Miranda; 6620, 6621, 6622, 6663, 6664, 6665, 6666, 6667, 6669 e 6670/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 6584, 6607, 6608, 6609, 6610, 6611, 6612, 6613, 6614, 6615, 6616 e 6617/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 6590, 6672, 6673, 6674 e 6675/2021 – Osmar Francisco; 6594, 6639, 6640, 6641, 6642 e 6643/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 6591, 6592, 6647, 6648 e 6671/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 6571, 6572, 6573, 6574, 6575, 6576, 6577, 6578, 6579, 6595, 6676, 6677, 6678, 6679, 6680, 6681, 6682 e 6683/2021 – Sebastião Ary Corrêa. **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* 176, 177 e 178/2021 – Diogo Pereira Lube; 179, 180, 181 e 183/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 182/2021 – Sebastião Ary Corrêa; *Votos de Congratulação:* 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893 e 894/2021 – Delandi Pereira Macedo; 851/2021 – Evandro Miranda; 850 e 865/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863 e 864/2021 – Osmar Francisco; 866/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 852/2021 – Sebastião Ary Corrêa. **Projetos de Decreto Legislativo:** 588/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 591 e 592/2021 – Evandro Miranda; 593/2021 – Paulo Grola; 589 e 590/2021 – Sandro Dellabella Ferreira. / **Ely Escarpini, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente a inclusão do Projeto de Lei 117/2021 na pauta do dia. / **Sebastião Ary Corrêa, levantando questão de ordem:** — Pede ao presidente que também inclua o Projeto de Resolução 19/2021 na pauta. / **Arildo Tomaz Bucker, levantando questão de ordem:** — Solicita que os Projetos de Lei 128 e 130/2021 sejam incluídos na pauta. / **Marcelo Fávero de Oliveira, levantando questão de ordem:** — Também pede que os Projetos de Lei 99 e 107/2021 sejam incluídos na pauta de votação. / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — Requer que os Projetos de Lei 92, 105, 114, 131, 132 e 135/2021 e o Substitutivo 03/2021 também sejam votados hoje. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Por ser a última Sessão Ordinária do ano, acata todos os pedidos. / Logo após, passou-se ao

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Pequeno Expediente, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Osmar Francisco**: — Deseja a todos um Natal cheio de paz e de saúde e um abençoado ano novo. Parabeniza os mecânicos pelo dia deles, comemorado ontem. Diz que está muito triste e chateado, pois viu que a farmácia do posto de saúde do Bairro Zumbi continua fechada. Lembra que fez uma reclamação quanto a isso, e a Prefeitura colocou uma funcionária lá para atender a população; porém, ontem, a farmácia ficou fechada, porque a menina passou mal e não havia ninguém para substituí-la. Registra que há um aviso naquele posto, informando que a farmácia só será reaberta no dia 03/01/2022, o que considera uma vergonha e uma falta de respeito para com o povo. Ressalta que sempre disse que era de Cachoeiro de Itapemirim, cidade de Roberto Carlos e de Rubem Braga, mas, de agora em diante, dirá que é da cidade do circo, onde só há palhaços. Deixa claro que não abrirá mão de defender o povo. Então, pede ao governo que tome providências, porque uma farmácia não pode ficar fechada, deixando de atender o povo. Comunica que vai fiscalizar todos os postos de saúde do Município. / **Arildo Tomaz Bucker**: — Fala de sua felicidade pela Rua do Colorau, como é conhecida em Alto Moledo, ter sido concretada, por meio de um mutirão, inclusive com a ajuda dos moradores, razão pela qual agradece ao Prefeito Victor Coelho, ao Secretário Vander Maciel e ao Subsecretário Joãozinho. / **Sebastião Ary Corrêa**: — Salaria que sempre usa a tribuna para reclamar, pois normalmente não é atendido pelo poder público, talvez, porque tenha um posicionamento diferente e não fique refém de ninguém. Lembra que, há cerca de vinte e cinco dias, alertou os vereadores e o poder público municipal sobre a possibilidade de acontecer uma tragédia no Bairro Monte Belo, já que a máquina da Prefeitura não desassoreou o córrego daquela comunidade. Então, informa que caíram paredes e muros e algumas pessoas perderam geladeira, televisão e até documentos. Enfatiza que avisou que isso iria acontecer, mas, por politicagem, deixaram o bairro abandonado, inclusive com ruas cheias de buracos, fazendo com que os ônibus tenham que dar voltas. Comenta que dois secretários da Prefeitura estão brigando, pois um tem a máquina; o outro, revsol, enquanto o povo continua sofrendo por falta de atendimento. Registra que, na semana passada, houve um leilão na Prefeitura, sendo arrecadados 1 milhão 128 mil 250 reais, cujo dinheiro, a seu ver, dará para tapar os buracos das ruas de Cachoeiro. Diz saber que a Prefeitura já está armando alguma coisa para contratar outra empresa terceirizada e acabar com essa secretaria, basta ver que está fazendo leilão das sucatas e limpando tudo. Menciona que máquinas que valem aproximadamente meio milhão de reais foram vendidas por 60 mil reais. Recorda também que fez uma crítica quanto ao serviço de concretagem, porque em algumas áreas do Município estão fazendo isso sem nenhum critério, já que se esqueceram da captação de águas pluviais; assim, depois, a máquina terá que furar novamente, e o cimento será perdido. Ressalta que não se pode jogar dinheiro fora; por isso, apela à Prefeitura que, antes de executar a concretagem, cuide da rede pluvial para que não seja preciso quebrar tudo de novo e pagar duas vezes pelo mesmo serviço. Frisa que é preciso zelar pelo dinheiro da população, que paga impostos. Diz acreditar que isso aconteça até por desconhecimento do secretário, que não é técnico, e sim uma pessoa indicada ao cargo político. Deixa claro que fica feliz por saber que algumas comunidades estão recebendo esse serviço, mas pede que seja feito um escalonamento vertical, cuidando primeiro da captação de água pluvial e, depois, da concretagem e do asfaltamento. / **Jonas Freire (Tempo cedido pelos Vereadores Diogo Pereira Lube, Brás Zagotto e Adriano Pereira Verediano)**: — Cumprimenta a todos e informa que trabalha no Banestes há 34 anos e é diretor do Sindicato dos Bancários. Conta que, desde 1988, foi constituído um comitê nacional em defesa dos bancos estaduais. Destaca que o motivo desta fala hoje é que, no mês de julho, os bancários foram surpreendidos com um comunicado do Banco do Estado sobre o que estava sendo chamado de parceria com uma empresa privada para alavancar os negócios da seguradora. Registra que cerca de 93% das ações do banco são do Governo do Estado, sendo que a Banestes



Seguros é uma subsidiária do sistema financeiro; portanto, é uma empresa pública, ou seja, do povo capixaba. Ressalta que, após esse comunicado, o sindicato pediu uma reunião com o presidente do banco, o que aconteceu no final do mês de agosto, quando foi anunciado que seria uma parceria com 51% de ações de capital privado e, dentro dessa empresa, seria abrigada a seguradora. Frisa que isso não deixou dúvidas de que se tratava de uma privatização. Relata que o presidente fez uma reunião com os funcionários da seguradora, os quais são securitários, mas concursados e têm o mesmo acordo coletivo dos bancários. Acrescenta que esses funcionários questionaram sobre seus direitos, e o presidente foi sincero ao dizer que não podia ajudá-los. Então, diz que os funcionários entraram em contato com o sindicato, que procurou o presidente do banco e também solicitou uma audiência com o Governo do Estado, os quais insistem em negar que isso seja uma privatização da seguradora. Salieta que a surpresa maior foi que, além de não dar garantias aos trabalhadores, em 2018, o então candidato ao Governo do Estado, o Renato Casagrande, assinou um termo de compromisso, afirmando que não privatizaria o Banestes nem as empresas do sistema financeiro do citado banco. Menciona que, de todos os candidatos ao governo, na época, só a Rose de Freitas não assinou esse termo. Cita que outra surpresa foi o governador dizer que essa será uma parceria, o que, em seu entendimento, se trata de uma privatização; portanto, o fim da seguradora. Informa que, a partir daí, teve início uma campanha em defesa da seguradora, porque acredita que essa “parceria” seja outro perigo, já que começam a fatiar o sistema financeiro do Estado e, amanhã, será mais fácil vender o banco. Frisa que as ameaças sobre a venda do banco são permanentes; por isso, há 34 anos vem lutando e fazendo campanha contra essa negociação. Comenta que produziram um jornal com o objetivo de conversar com os bancários, a população, os Municípios e as Câmaras de Vereadores e lhes mostrar 10 motivos para não privatizar a seguradora. Inclusive conta que já tiveram audiência na Câmara de Vitória e de Colatina. Comunica que o Instituto IEL, ligado à FINDES de Vitória, publicou uma pesquisa, destacando que a Seguradora do Sistema Banestes é uma das melhores empresas do ramo de seguro e de finanças do Estado. Ressalta que o presidente do banco “pintou” uma seguradora numa situação bastante ruim e complicada; porém, avisa que, em março de 2021, a seguradora completou meio século de existência, e há uma fala do Governador Renato Casagrande, que diz o seguinte: “A Banestes Seguros é um ativo capixaba e está em constante crescimento, o que contribui para a economia do Estado. Deixo registrados um abraço e os cumprimentos a todos os colaboradores da Banestes Seguros, uma empresa sólida, que tem alcançado excelentes resultados. Os 50 anos são prova dos bons frutos que a instituição vem gerando, sempre próxima a seus clientes, o que se reflete com ganho para toda a sociedade capixaba”. Registra a seguinte fala do presidente do banco, na mesma data e em plena pandemia: “A Banestes Seguros possui grande relevância para o mercado capixaba e é uma empresa que vem se modernizando e mostrando toda a sua capacidade de adequação, mesmo diante dos cenários mais desafiadores. Seus resultados têm grande relevância para o Sistema Financeiro Banestes. Parabéns a todos do time!” Informa que, neste período pandêmico, a Banestes Seguros pagou mais de 30 milhões de reais de prêmios por seguro, o que é uma questão nova, já que a pandemia, dentro do seguro de vida, é chamada de risco excluído, mas, nacionalmente, todas as seguradoras assumiram o compromisso de pagar e realmente pagaram. Conta que essa empresa contribui, em média, com 10% do lucro do banco, agregando produtos e valores, além de empregar mais de 100 pessoas que trabalham na seguradora. Ressalta que toda a população capixaba precisa dar uma atenção especial ao Banco do Estado, porque ele é o único que está presente nos 78 Municípios do Espírito Santo, com geração de, no mínimo, 2 mil empregos diretos e mais de 2 mil indiretos, sendo um patrimônio público. Informa que, nos últimos 5 anos, o banco repassou ao Governo do Estado mais de 350 milhões de reais, a custo zero, já que o governo não precisou investir sequer



1 centavo nessa empresa. Enfatiza que, agora, o Governo do Estado está desmontando e fragilizando uma empresa do sistema financeiro, pois tira um produto que agrega ao banco. Avalia que pode ser que vendam a seguradora agora e, amanhã, o banco. Reforça a necessidade de fazer essa campanha em defesa do banco, conversando principalmente com as lideranças políticas para que cobrem do governador e das autoridades competentes um maior zelo para com uma empresa pública que tem meio século de existência, gera riqueza para a economia e dá retorno para o Governo Estadual. Agradece aos vereadores pela atenção e, como diretor do sindicato, coloca-se à disposição de todos. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Agradece ao Jonas pelos esclarecimentos e diz que os vereadores vão cobrar do governador o compromisso de não vender o banco nem acabar com a seguradora. Coloca a Câmara à disposição do Sindicato dos Bancários. / **Paulo Grola:** — Registra que os médicos da Santa Casa estão há 6 meses sem receber o pagamento; por isso, vai ceder seu tempo de tribuna ao Dr. Elias, que falará sobre a situação do referido hospital para que os vereadores possam tentar resolver o problema. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Após os cumprimentos, agradece pela oportunidade de estar na Câmara para prestar alguns esclarecimentos no que diz respeito à Santa Casa de Cachoeiro, que é uma instituição filantrópica fundada em 1900; portanto, tem 121 anos de atendimento prestado à população do Sul do Estado. Lembra que a Santa Casa foi fechada em 1999 por dificuldades financeiras, talvez, até por questões administrativas, e foi abraçada pela igreja, pelos médicos e pela sociedade, que tentaram, na medida do possível, reabri-la por ser uma instituição de extrema importância. Pergunta de onde tirar dinheiro, quando não se tem uma situação financeira adequada para resolver os problemas, e ele mesmo responde que é do pagamento dos médicos. Diz que a Santa Casa reabriu as portas em 1999 mesmo e chegou a se manter razoavelmente estável em termos financeiros até 2015; porém, daí para frente, o hospital começou a viver um período bem caótico, visto que houve um corte de verba, no governo de Paulo Hartung, que chegou a 20% dos contratos. Frisa que a inflação nunca deixou de existir, sem contar que houve uma turbulência política no País e ainda reduziram 20% do orçamento da saúde para os hospitais, o que aconteceu de maneira silenciosa, ou seja, com pouca repercussão na imprensa. Então, conta que, com isso, as coisas se avolumaram e, 3 anos depois, houve uma mudança na Santa Casa, com a saída da Mercedes Canal da direção do hospital, assumindo o Padre Evaldo; assim, foram 4 anos de muitas dificuldades e de uma administração catastrófica. Informa que a Santa Casa saiu de uma dívida de pouco mais de 30 milhões de reais para beirar hoje aos 100 milhões de reais, quantia essa praticamente impagável. Ressalta que a Santa Casa não conseguiu, dessa época até agora, contratos novos, pois o governo vem fazendo aditivos desde 2015. Inclusive salienta que já estão no 21º aditivo, havendo, agora, a esperança de fazer um contrato novo. Enfatiza que isso não justifica uma administração caótica, que poderia ter tomado atitudes para resolver o problema. Registra que, na sexta-feira, a TV Gazeta se fez presente na porta da Santa Casa, depois de um pronunciamento do Deputado Ferraço, denunciando a situação e falando das dificuldades do hospital, que não tinha anestesistas suficientes para atender a população. Menciona que, devido à presença da imprensa, por volta da meia noite da mesma sexta-feira, o representante da Secretaria de Saúde esteve no hospital para fazer a transferência de alguns pacientes. Alerta que essas são situações de tapa-buracos, sendo preciso resolver realmente o problema. Indaga por que os anestesistas deixaram de atender a população. Deixa claro que o grupo de anestesistas que atende na Santa Casa também o faz no Hospital Infantil, na Unimed e no Hospital Materno-Infantil. Diz que os colegas trabalhavam em outros hospitais e pagavam anestesistas novos para atenderem na Santa Casa, tirando dinheiro do próprio bolso, quando o hospital deveria arcar com essa despesa; porém, chegou a hora em que eles não quiseram mais conviver com essa situação. Comenta que, ao longo desses 4 anos de administração catastrófica da Santa Casa, os médicos sofreram muito, porque todas as vezes que procuravam discutir o



assunto, alguns colegas, principalmente 2 que levitavam ao redor da superintendência do hospital, diziam, de maneira truculenta, que, se não quisessem, eles poderiam ir embora, pois colocariam outros no lugar. Portanto, registra que os colegas médicos estavam há 6 meses sem receber e, em vez de serem respeitados, foram tratados de maneira truculenta. Então, conta que, há 15 dias, esses profissionais decidiram manter só 1 anestesista na Santa Casa para que a diretoria contratasse outros, mas aí o caos se instalou no hospital, já que é preciso ter uma relação de maneira a que todos possam trabalhar juntos para ajudar. Destaca que isso prejudicou demasiadamente o atendimento que já estava caótico. Cita, por exemplo, que o cirurgião vascular fica por até 15 horas reconstituindo todos os vasos do paciente; porém, informa que não há uma equipe definida de cirurgião vascular na Santa Casa desde o dia 03/10/2019, mas o Estado estava pagando por isso. Declara que não há interesse, pois 2 colegas que margeiam ao redor da superintendência, que têm situações financeiras benéficas, tratam com truculência os demais profissionais. Comenta que muitos pacientes foram transferidos da Santa Casa para Vitória, quando poderiam ter sido tratados em Cachoeiro mesmo. Diz ter certeza de que o superintendente daquela época, o Padre Evaldo, e a Sra. Marinete sabiam do problema, mas se omitiram e não quiseram conversar com os médicos. Ressalta que o corpo clínico começou a se movimentar e foi feita uma eleição recentemente, inclusive se candidatou a diretor clínico do hospital, contra o rapaz que levita na superintendência desde a época do Padre Evaldo, e saiu vencedor, com 73% dos votos, pois ninguém aguentava mais esse grupo. Reconhece que a Santa Casa tem problemas financeiros, desde a época do governo de Paulo Hartung, mas há situações que podem ser melhoradas administrativamente; entretanto, parece que não há interesse em mexer com esse pessoal. Enfatiza que, na medida do possível, está tentando ajudar, inclusive agradece pela relação que tem com os colegas do Conselho da Santa Casa, os quais, hoje, estão com o Bispo em Vitória conversando com o governador sobre os problemas do citado hospital. Deixa claro que a turma desse conselho está trabalhando muito, num empenho sobrenatural com vistas a ajudar financeiramente a Santa Casa. Frisa que é preciso também organizar administrativamente o hospital, já que não adianta trazer dinheiro, se tudo está bagunçado. Admite que a fala do Deputado Ferraço ajudou muito e que o governador está se movimentando. Menciona que a Deputada Norma, o Elder Salomão e o Evair de Melo também estão empenhados em ajudar a Santa Casa. Informa que conseguiram, para dezembro, 1 milhão 250 mil reais e há perspectivas para janeiro, mas salienta que, num universo de 100 milhões de reais, isso não resolve o problema. Registra que está havendo um grande esforço do conselho junto ao governador, na tentativa de arrumar uma saída para socorrer a Santa Casa. Comenta que poderia ser feito um empréstimo junto ao BANDES, mas isso depende de trâmites legais, e não podem esperar indefinidamente. Diz que a Senadora Rose de Freitas fez um empenho para o exercício de 2021 de 4 milhões de reais e há também o compromisso de uma emenda federal de 8 milhões de reais para chegar até maio do ano que vem. Ressalta que tudo isso é bem-vindo, mas é preciso buscar uma solução definitiva. Inclusive relata que uma das saídas seria o governo assumir a Santa Casa e organizar o hospital, até porque saúde é direito dos cidadãos e dever do Estado. Salienta que há algumas resistências quanto a isso, mas boa parte dos médicos acredita que o governo poderia ajudar o hospital. Conta que um colega lhe pediu que falasse na Câmara sobre algumas situações complexas, como o fato de a Santa Casa ter recebido, há 1 ano, pelas cirurgias eletivas de joelho e quadril feitas em mutirão, mas não repassou o dinheiro aos médicos. Pergunta se os vereadores conhecem alguém que trabalha e espera 1 ano para receber o pagamento. Frisa que essas são verbas específicas não repassadas, porque o roubo é tanto que precisam tirar de algum lugar para cobrir. Registra que é esse tipo de gente que os colegas gostariam que estivessem fora da administração da Santa Casa, e não em cargos específicos ganhando mais do que o batalhão de médicos que está no hospital. Repete que há o empenho sim de deputados e

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



também do Conselho da Santa Casa, com o Amarildo Parmanhane, a Nercedes Canal, o Valdecy Viguini e o Zito, da Selita, que fazem um trabalho fantástico, mas não podem enxugar gelo, já que 100 milhões de reais de dívidas não se resolvem com 5 ou 8 milhões, e sim com austeridade, com uma administração séria e com o governador ajudando. Informa que há pacientes 20, 30 dias internados aguardando cirurgia ortopédica, mas não conseguem operar. Portanto, enfatiza que é preciso uma dotação orçamentária maior para resolver esses problemas do hospital. Analisa que, quando a imprensa divulga que a Santa Casa não tem anestesista, parece até que esse profissional é um mercantilista, um desalmado; porém, ela se esquece de dizer que o último salário que o médico recebeu no hospital foi o do mês de junho. Inclusive ressalta que há a perspectiva, com base no trabalho árduo do Conselho da Santa Casa, de esses profissionais receberem, talvez, em janeiro e fevereiro. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Conta que seu amigo Alexsandro da Silva está internado há uma semana na Santa Casa, porque sofreu um acidente e teve fratura exposta no pé, mas não sabe se continua no hospital ou se volta para casa. Destaca que lhe disse que não sabia o que era pior: se ficar esperando dias por uma cirurgia ou ir embora, cair no esquecimento e não conseguir ser operado. Diz-se corroído por dentro ao saber que isso está acontecendo na Santa Casa por infelicidade de algumas pessoas que não sabem gerir a instituição, a qual deveria servir de exemplo, mas está numa situação absurda. Confirma que alguns médicos lhe relataram que estão há 6 meses sem receber o pagamento. Avalia que as pessoas que estão gerindo a Santa Casa não se importam mais com a vida. Agradece ao Dr. Elias pela explanação e concorda que há necessidade de gritar, de trocar a diretoria e até de penalizar, se for o caso, porque a população está sofrendo no hospital. Registra que não tem plano de saúde e, se sofrer um acidente, será levado para a Santa Casa. Frisa que realmente a Santa Casa precisa de uma atenção especial e acredita que o Governador Renato Casagrande atenderá os pedidos que saem de Cachoeiro. Pergunta se o Dr. Elias faz parte do corpo clínico do hospital. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Responde que é o diretor clínico da Santa Casa. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Agradece-lhe pela explicação e apoia esse pedido de socorro para Cachoeiro de Itapemirim e todo o Sul do Estado. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Diz que não pode deixar de falar sobre a parcela de responsabilidade do governo. Registra que a Santa Casa tem uma dívida mensal de 1 milhão 110 mil reais de juros. Informa que o Governo do Estado banca um hospital equivalente à Santa Casa com um orçamento de 11 milhões de reais mensais, enquanto que para a instituição de Cachoeiro envia apenas 5.3 milhões de reais. Portanto, frisa que todo mundo tem sua parcela de culpa e de responsabilidade, inclusive o governador. Analisa que está faltando mais empenho de todos. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Ressalta que a Câmara de Vereadores também tem compromisso com a Santa Casa de Cachoeiro, basta ver que já convidou o próprio Dr. Elias 2 vezes para falar sobre a situação do referido hospital e também o Afrânio, que faz parte daquela diretoria. Acrescenta que os vereadores também já reivindicaram ao governador um contrato maior para a Santa Casa. Destaca ainda que já foi à Santa Casa, juntamente com o colega Delandi, presidente da Comissão de Saúde da Câmara, pois os vereadores sempre lutaram em favor daquele hospital. Confirma que o governador gasta o dobro do valor enviado para a Santa Casa de Cachoeiro só com o hospital de Vitória. / **Delandi Pereira Macedo:** — Frisa que a Câmara de Cachoeiro sempre tem defendido a Santa Casa e dado voz às pessoas daquele hospital. Inclusive conta que tiveram uma audiência com o governador, quando cobrou dele uma nova contratualização com a Santa Casa. Comunica que o governador disse que está tomando providências quanto a isso; porém, agora, aparecem outros salvadores da Pátria, que não incluem os vereadores nessa luta. Comenta que essas pessoas sabem quando o governador vai ter agenda com a Santa Casa e, por isso, fazem o discurso antes; assim, fica como se o governador tivesse tomado a decisão de ouvir a Santa Casa, porque A, B ou C se pronunciou. Reconhece que é bom ter informações privilegiadas. Salienta que fez esse



destaque, porque o Dr. Elias citou alguns integrantes, mas não a Câmara de Vereadores de Cachoeiro. Diz que há na Santa Casa problema financeiro e também de ordem administrativa, os quais precisam ser resolvidos. Pergunta por que a responsabilidade é do Governo Estadual, se a Santa Casa é um hospital filantrópico, e não geral do Estado. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Primeiramente pede desculpas aos vereadores e registra o seu respeito à Câmara Municipal, que muito já ajudou a Santa Casa. Menciona que citou alguns nomes para mostrar que, agora, neste exato momento, essas pessoas estão reunidas em Vitória em defesa da Santa Casa de Cachoeiro. / **Delandi Pereira Macedo:** — Deixa claro que os vereadores ficam felizes com a atuação desses parlamentares. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Agradece e louva o trabalho importantíssimo dos vereadores, inclusive conta que já tiveram uma reunião para tentar achar uma saída para a Santa Casa. Repete que a Santa Casa está em seu 21º aditivo contratual, o que significa que não houve aumento. Pergunta qual foi a inflação dos últimos 10 anos. Diz que é difícil fechar uma conta, quando o governo compra 1 milhão de reais em serviços, mas empurra 1 milhão e meio para o hospital atender. Informa que a Santa Casa depende de mais de 85% do orçamento repassado pelo SUS. Comenta que, se a Santa Casa não fechar um aditivo contratual, o Governo do Estado simplesmente não manda nada; diante disso, indaga quem pagaria os funcionários e os médicos. Avalia que não adianta ficar fazendo aporte financeiro, se não tratar o cerne da questão. Salienta que, se estivesse na gestão do hospital, mudaria uma série de coisas para economizar, a exemplo do sobreaviso que não precisava ser pago, sem contar que há médicos recebendo em situações que não deveriam. Agradece ao governador pelo empenho, mas sabe que 85% da dotação orçamentária vêm do governo. / **Delandi Pereira Macedo:** — Questiona se esse aporte vem do SUS ou do Governo do Estado. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Responde que vem do Governo Federal para o Estado, que repassa aos hospitais. / **Delandi Pereira Macedo:** — Diz que, então, o Governo do Estado não manda nada para o hospital, repassa apenas o dinheiro que vem do Governo Federal. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Registra que o Estado até coloca alguma coisa no hospital, mas não resolve o problema. / **Delandi Pereira Macedo:** — Pergunta quanto o Governo do Estado destina ao hospital. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Enfatiza que não sabe responder isso, visto que há emendas de parlamentares, o que também não resolve o problema, só enxuga gelo. / **Delandi Pereira Macedo:** — Indaga se esses 5 milhões e 300 mil reais do contrato com a Santa Casa são recursos do Estado ou do Governo Federal. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Também diz que não sabe responder tal pergunta, mas avisa que tudo o que é feito no hospital vai para uma conta do SUS, que repassa o dinheiro; porém, informa que isso não cobre os gastos do hospital com diárias e outras coisas. Então, menciona que o Governo Estadual acaba dando compensações para resolver isso. Salienta que é preciso haver equipes de trabalho de sobreaviso, mas esse dinheiro não vem diretamente do SUS, e sim do Governo do Estado. Enfatiza que é preciso um aporte melhor para o hospital funcionar; por outro lado, também é preciso fazer um trabalho mais forte dentro da instituição. Lembra que o hospital está passando também por problemas devido ao Covid. Inclusive conta que a Santa Casa parou os demais atendimentos médicos para tratar de pacientes com Covid, sendo que boa parte desse dinheiro ainda não chegou ao hospital. Indaga cadê a contrapartida do governo. Agradece novamente ao governador pelo trabalho; entretanto, diz que, se ele não tiver condições de resolver o problema da Santa Casa de Cachoeiro, deveria assumir o hospital, assim como fez com relação ao HEUE, ao Jayme Santos Neves e ao Hospital Central. Ressalta que, assim, a Santa Casa teria uma estrutura decente para atender a população. / **Delandi Pereira Macedo:** — Pergunta se esse é um problema de gestão ou de recursos. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Responde que não dá para separar uma coisa da outra. / **Delandi Pereira Macedo:** — Questiona se assim o Governo Estadual colocaria mais dinheiro na Santa Casa. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Deixa claro que, ao assumir o hospital, o Governo do Estado



também vai administrá-lo. / **Delandi Pereira Macedo:** — Destaca que o Governo do Estado manda 5 milhões e 300 mil reais para a Santa Casa; então, pergunta se ele injetaria 11 milhões de reais, se assumisse o hospital. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Diz que certamente teria que injetar mais recurso na instituição. / **Delandi Pereira Macedo:** — Pergunta, então, por que o Governo do Estado não faz isso agora. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Avalia que por questões políticas. / **Paulo Grola:** — Alerta que a Santa Casa não é patrimônio do governo, e sim dos padres. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Informa que a Santa Casa é uma fundação, e não um hospital dos padres. / **Paulo Grola:** — Indaga se o governo poderia “pegar” a Santa Casa. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Responde que o governo poderia negociar uma cogestão para administrar e organizar o hospital por 15, 20 ou 30 anos, ou ainda o governador fazer um aporte para que pudessem ocorrer as mudanças necessárias e, assim, a coisa funcionar. Considera muito importante o trabalho do Conselho da Santa Casa no sentido de tentar resolver essa questão financeira; porém, avisa que não adianta solucionar esse problema, se não for feito um rearranjo administrativo no hospital. / **Paulo Grola:** — Reflete que, se o governo mandar mais dinheiro, os médicos vão continuar sem receber. Justifica suas palavras dizendo que chega recurso ao hospital, mas essa classe de profissionais está há 6 meses sem receber o pagamento. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Diz que o dinheiro que deveria ser repassado aos médicos está sendo usado para tapar buracos na compra de materiais e de insumos e também para o pagamento de quem tem carteira assinada. Conta que a maioria dos médicos não tem carteira assinada, férias nem 13º salário. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Pergunta se, no período da pandemia, o Governo do Estado comprou algum leito na Santa Casa. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Informa que houve um contrato nesse sentido, mas não participou disso, já que não era o diretor clínico do hospital. Registra que muito desse dinheiro ainda não foi repassado. Salienta que, quando falta dinheiro no hospital, tiram do repasse feito para o pagamento dos médicos. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Concorda que é preciso tratar o cerne da questão, já que esse é um problema que vem se arrastando há muito tempo. Registra que os vereadores recebem muitos pedidos de socorro de pessoas que precisam passar por cirurgia. Pergunta se os médicos residentes podem trabalhar fora da residência. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Responde que a residência médica é praticamente dedicação exclusiva; porém, como os médicos têm o período de folga, podem trabalhar por um tempo mais curto, desde que isso não atrapalhe as 60 horas que precisam cumprir. Inclusive conta que está enfrentando um problema com um residente que ficava mais tempo na Santa Casa de Castelo. Menciona que esse residente, por acaso, é irmão de um colega que goza de muito prestígio dentro da Santa Casa de Cachoeiro e levita ao redor da superintendência, desde a época do Padre Evaldo. Informa que fez uma denúncia à Comissão de Residência Médica, COREME, pois não há como formar um residente sem preceptor. Pergunta por que esse residente está passando visita e atendendo no CTI do hospital de Castelo, se a residência médica funciona na Santa Casa de Cachoeiro. Indaga quem são os médicos que estão lá para ensiná-lo. Comenta que parece que essa denúncia caiu nas mãos de um diretor técnico que também levita na superintendência do hospital desde a época do padre, o qual ainda não lhe deu a resposta. Relata que, por conta disso, os médicos residentes do hospital ficaram contrariados, inclusive uma pediu demissão, há cerca de 40 dias. Enfatiza que algumas situações precisam ser revistas, pois está faltando profissionalização e não pode haver apadrinhamento. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Diz que é sabido que muitas cirurgias não estão sendo feitas por falta de anestesista. Questiona como está essa situação. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Informa que quem estava patrocinando 3 médicos anestesistas na Santa Casa para atender urgência e emergência era o próprio grupo de anestesistas chamado SATS; porém, todas as vezes que os médicos iam fazer uma solicitação ou uma reclamação, ouviam da diretoria que, se não quisessem, outros profissionais seriam colocados no lugar deles. Então, diz que, na semana



retrasada, o Dr. Emanuel deixou claro para a diretoria que ela poderia colocar outros profissionais no hospital, pois o grupo não pagaria mais nenhum médico. Esclarece que essa classe não se furtou de sua obrigação com o povo, pois manteve 1 anestesista em serviço para atender urgência e emergência. Frisa que ninguém vai fazer greve, pois isso não é permitido na área da saúde, mas todos têm o direito de dizer que não querem mais trabalhar em determinada instituição. Destaca que existe esse mesmo problema, embora de menor impacto, quanto à cirurgia vascular, já que, desde 2019, não contratam tais profissionais. Ressalta que o problema não foi resolvido, porque faltou interesse desse pequeno grupo, o qual levita ao redor da superintendência, para que cirurgiões vasculares trabalhassem no hospital. Salaria que a Santa Casa também está tendo problema no que diz respeito à radiologia, basta ver que apenas 1 radiologista, que é o diretor técnico do hospital, responde pela urgência dos exames, visto que alguns colegas se cansaram de ficar sem receber e saíram. Comenta que, depois, 1 desses colegas entrou em contato com o rapaz da radiologia e lhe disse que os profissionais fariam de graça todo o atendimento pelo SUS, desde que a Santa Casa devolvesse de imediato o dinheiro dos atendimentos particulares e repassasse em 30 e 60 dias o que fosse faturado quanto ao plano de saúde, mas não houve interesse por parte do hospital. Avisa que, ontem, fez uma denúncia ao CRM e acredita que o Ministério Público também poderia ajudar nisso. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Frisa que a questão envolvendo a cirurgia vascular é muito complexa e preocupante, inclusive conta que uma mulher, de 39 anos, ficou internada na Santa Casa por uma semana, pois precisava de uma cirurgia no joelho, mas acabou morrendo de embolia. Então, pede urgência quanto a esses casos, pois, conforme diz a Constituição, saúde é direito de todos e dever do Estado. Ressalta que alguns Municípios do Sul do Espírito Santo equipam ambulâncias e mandam os pacientes para a Santa Casa de Cachoeiro; portanto, é preciso fazer alguma coisa com vistas a salvar esse hospital. Deixa claro que, se a Santa Casa fechar as portas, prejudicará toda a população do Sul do Estado. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Repete que há problemas quanto à radiologia, cirurgia vascular, anestesia e também cirurgia plástica. Informa que não há cirurgia plástica na Santa Casa para atender a pessoa que passa por um trauma e perde tecido, principalmente quando é arrastada no asfalto. Enfatiza que precisam dos vereadores, dos deputados federais, dos deputados estaduais, dos senadores e do governador; por isso, não dá para apontar o dedo, pois a verdade é que existe um problema que precisa ser resolvido. Diz esperar que o governador tenha boa vontade para ajudar nesse sentido, assim como a Câmara de Cachoeiro sempre teve para com ele, Elias, cedendo-lhe o espaço da tribuna para falar sobre a situação do hospital. / **Paulo Grola:** — Pergunta o que a Câmara de Cachoeiro pode fazer para resolver o problema da Santa Casa. Indaga se é mudar a direção que não está resolvendo a questão financeira. Ressalta que é preciso estudar sobre o que podem fazer de agora para frente para que a Santa Casa não deixe de atender a população. / **Elias Garcia de Oliveira:** — Responde que há várias frentes, sendo a primeira o governador fazer um aporte à altura para salvar a Santa Casa ou, então, assumir o hospital. Destaca que podem fazer pressão para que algumas coisas e pessoas sejam mudadas na Santa Casa, já que não sabe por que há um diretor de ensino no hospital e um diretor técnico, o qual responde também pela radiologia, recebendo 24 horas por dia, 7 dias por semana, 30 dias por mês. Acrescenta que há também alguns sobreavisos em demasia que já deveriam ter sido cortados para serem criados outros. Analisa que faltam gestão e boa vontade, mas parece que não querem tirar essas pessoas de lá. Inclusive menciona que, por conta de tudo isso, recebeu 73% dos votos do corpo clínico, sendo que o restante ficou com quem está na direção do hospital desde a época do padre. Registra que, no Brasil, todo o funcionamento dos hospitais é formalizado, havendo o diretor clínico, que cuida dos leitos, o diretor técnico, que é indicado pelo superintendente, e outros cargos, e eles têm salário; entretanto, comenta que, 1 mês depois de ter assumido como diretor clínico da Santa Casa, o



superintendente lhe disse que não iria pagá-lo por isso, já que as instituições filantrópicas não faziam mais tal pagamento. Salaria que pediu ao superintendente que consultasse o CRM sobre isso e acredita que ele tenha pensado que só estava no cargo de diretor clínico por causa do salário. Enfatiza que não correu atrás de salário e continua como diretor clínico, pois o seu objetivo foi atender ao pedido dos colegas para ajudar a organizar e levantar a Santa Casa. Encerra a sua explanação, agradecendo a todos pela oportunidade. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Agradece ao Dr. Elias e diz que a Câmara está sempre de portas abertas para a Santa Casa. / Continua o Pequeno Expediente. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Ressalta que a fala do diretor clínico da Santa Casa o fez lembrar os discursos dos vereadores quanto à falta que faz o Município ter deputados estaduais e federais para brigarem por esse hospital, que é conhecido como a mãe dos pobres no Sul do Estado. Espera que a reunião de hoje traga bons frutos e soluções para a Santa Casa. Segue contando que, em 2016, foi candidato a vereador na chapa do Prefeito Victor Coelho e, desde 2017, vem pedindo melhorias para os ginásios da Samba e do Bairro Novo Parque. Inclusive salienta que respeita os colegas que também pedem em favor daquele bairro. Explica que não participa de inaugurações de reformas de praças públicas, quadras, academias populares e ginásios, porque, há 5 anos consecutivos, vem pedindo a reforma do ginásio da sua comunidade, mas não é atendido. Menciona que aquela é uma obra antiga, de governos anteriores, de gente que usava freio de burro na hora de administrar e construir, pois não olhava para os lados, só para frente. Avisa que já está entrando no 6º ano do governo do Prefeito Victor, mas ninguém toma providências quanto àquele ginásio; por isso, não participa nem vai participar dessas inaugurações, por mais que fique feliz de ver outros espaços desses funcionando em Cachoeiro. Reconhece que a Secretária Lílian deu vida a algumas praças, com a instalação de academias populares e pinturas novas. Agradece a Deus por todas as melhorias que o governo levou para os bairros e distritos de Cachoeiro, mas também encerra o ano com tristeza ao ver a quadra da Samba abandonada, virando até ponto de uso de drogas na comunidade. Diz esperar que, em 2022, o prefeito olhe por aquela comunidade. / **Delandi Pereira Macedo:** — Lembra que aconteceu uma reunião na Câmara para ouvir os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, os quais apresentaram algumas demandas da categoria. Diz que sempre lutou em favor desses profissionais, já tendo conquistado grandes avanços, como inseri-los no quadro como estatutários do Município e também no plano de cargos e salários. Então, informa que, por meio de indicação, está fazendo o encaminhamento dessas demandas ao prefeito para que, dentro das possibilidades, ele atenda os seguintes pedidos da categoria: que o Poder Executivo encaminhe um projeto de lei à Câmara, autorizando o repasse de incentivo financeiro adicional aos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias; que haja revisão e aumento da porcentagem da insalubridade de 20% para 40% aos agentes de combate a endemias e que os agentes comunitários de saúde sejam contemplados com a insalubridade, considerando a periculosidade ao lidarem com pessoas doentes; que haja revisão do índice que dá direito ao tíquete-feira, a fim de contemplar a categoria dos agentes e de outros servidores do Município, que, por receberem um pouco a mais, não são beneficiados com esse tíquete. Informa que só é contemplado com o tíquete-feira quem recebe até 1 mil e 500 reais por mês, sendo que os agentes, por exemplo, recebem 1 mil 550 reais. Acrescenta que o 4º pedido dos agentes é a equiparação do valor do auxílio-alimentação aos demais servidores efetivos, considerando o reconhecimento dos ACS's e ACE's como servidores estatutários que estão inseridos no processo do plano de carreiras, cargos e salários do Município. Repete que essas demandas devem ser apresentadas através de projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo para ser aprovado pela Câmara, com vistas a fortalecer as ações de prevenção e promoção da saúde, dando a esses profissionais tais incentivos. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Conta que, esta semana, saiu a notícia de que foram feitos os projetos para Alto Moledo, totalizando quase 3



milhões de reais. Salienta que conseguiram entrar em acordo com o governo para usar massa asfáltica, de 8 a 10 centímetros de espessura, no trecho da Mineração Nemer até a comunidade de Alto Moledo. Registra que isso vai para licitação em fevereiro, de maneira a que, em março, se Deus quiser, seja dado início a essa obra tão importante para a comunidade e para o setor de rochas.

/ **Aparteando Brás Zagotto:** — Parabeniza o vereador por ter conseguido essa obra e pede-lhe que tente também levá-la até a baixada de Gironda. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Diz que o projeto não contemplava isso, mas ficou acordado que desceria até lá com o revsol. Destaca que, com o recurso do Governo do Estado, haverá o recapeamento asfáltico do pé da serra, próximo ao cemitério, até a Mineração Nemer, fazendo também toda a drenagem. Ressalta que o objetivo é que haja asfalto novo, com desvios, de Itaoca até a comunidade de Alto Moledo. Inclusive informa que estão sendo feitos acordos com os proprietários para que essa obra tão sonhada seja de fato realizada. Frisa que isso tem que ser visto pelo Governo do Estado, que recebe boa parte da arrecadação do Município, através de ICMS, do qual só 18% retornam para Cachoeiro. Parabeniza a comissão formada na Câmara para tratar do PDM, principalmente no que tange à área minerária de São Vicente, pois foi feita uma discussão com muita responsabilidade e comprometimento para que, ao final, Cachoeiro seja agraciado, assim como também os empresários e os moradores do distrito, que poderão ter a oportunidade de uma vida melhor. Parabeniza ainda o secretário pelo empenho, visto que não é fácil movimentar todo o Município de Cachoeiro de Itapemirim. /

Aparteando Brás Zagotto: — Parabeniza os vereadores, pois, desde o dia em que esse projeto chegou à Câmara, todos se empenharam em prol da geração de emprego e renda e do desenvolvimento de Cachoeiro. Destaca que foram realizadas 2 audiências públicas e 1 reunião, sendo que, ontem, 10 ou 12 vereadores participaram de um debate. Parabeniza também o Secretário Alex da Vitória, que, juntamente com sua equipe, esteve na Câmara para debater esse assunto com empresários, arquitetos e representantes de todos os setores do Município. /

Alexandre Andreza Macedo: — Parabeniza o Presidente Brás pela forma responsável como vem conduzindo a Câmara, especialmente quanto ao PDM. Registra que está em seu 3º mandato e lembra que o Wilson Dillem sempre usou a tribuna para dizer que o PDM tinha que ser reformulado. Salienta que, desde que o Secretário Alex começou a envolver a Câmara no novo PDM, o Presidente Brás disse que era preciso chamar todos os setores e a sociedade em geral para debaterem o assunto, visto que o referido Plano mexeria com o Município inteiro. Inclusive diz que o presidente ligou pessoalmente para algumas pessoas e deixou aberto para os vereadores convidarem os empresários para participarem das audiências públicas. Reconhece que a Câmara teve um trabalho árduo em cima desse tema. /

Leonardo Cleiton Camargo: — Diz-se satisfeito com o seu primeiro ano de mandato e que vai para 2022 ainda mais animado, com o único intuito de buscar melhorias para o povo cachoeirense, seja fiscalizando, indicando obras ou realizando qualquer outra atribuição de vereador. Analisa que ocorreram muitos acertos e outras coisas poderiam ter sido melhores. Agradece a Deus e a todos os que o ajudaram a estar na Câmara. Comenta que quem está de fora tem uma visão bem diferente do que é o Legislativo. Registra que passou várias demandas ao Prefeito Victor Coelho, sendo que muitas foram atendidas, o que levou satisfação ao povo. Salienta que o vereador é a ponte entre o Poder Executivo e a população. Menciona que várias demandas ainda precisam ser atendidas pela Prefeitura, mas acredita que isso ocorrerá em 2022. Afirma que vai se empenhar ainda mais no próximo ano em favor da população de Cachoeiro. Ressalta que a Avenida Jorge Simão, no Bairro Coramara, precisa de uma faixa elevada, pois os carros e motos trafegam em alta velocidade, trazendo perigo para os pedestres e alunos da Escola David Alberto Lóss. Então, diz que já passou esse problema para o Secretário Alex da Vitória, o qual se comprometeu a resolver essa questão. Deseja a todos um feliz Natal e um próspero Ano Novo. /

Brás Zagotto (Presidente): — Avisa que o Grande Expediente será



suprimido. / Prosseguindo, passou-se ao **Horário das Lideranças**. / **Diogo Pereira Lube (PP)**: — Agradece aos vereadores pelo companheirismo e pelo trabalho árduo feito em favor de Cachoeiro. Também agradece ao Presidente Brás pelo excelente trabalho de gestão e organização da Câmara e declara que é um privilégio fazer parte da Mesa Diretora. Destaca que 2021 foi um ano conturbado na Câmara, com a luta da comissão do IPTU para que a Prefeitura pudesse rever as desordens que ocorreram no processo de recadastramento imobiliário. Agradece aos vereadores que fizeram parte dessa comissão especial que entregou ao Ministério Público as possíveis inconsistências quanto ao IPTU. Saliencia que a Prefeitura enviou para a Câmara projetos corrigindo alguns dos erros referentes a esse imposto para que, no próximo ano, a população cachoeirense não seja prejudicada com aumentos. Comenta que, em 2022, os vereadores terão que fazer uma ampla discussão sobre a Planta Genérica de Valores. Fala sobre suas lutas pelas pautas que envolvem a saúde pública e o direito de vacinação. Parabeniza a Secretaria de Saúde que fez com que a vacinação em Cachoeiro fosse uma das melhores no Espírito Santo, sendo que a população cachoeirense já está recebendo a 3ª dose da vacina. Cita as cobranças específicas que fez para os Bairros São Francisco de Assis, assim como também o Vereador Allan Ferreira. Inclusive informa que, na semana passada, foram iniciadas algumas obras no referido bairro, como na Rua Ozil Passoni. Acrescenta que também fez cobranças ao Poder Executivo para que sejam feitas melhorias na Rua Atílio Vivácqua, no Bairro Rubem Braga, e ainda nos Bairros Zumbi, Santa Cecília, Nossa Senhora da Penha, Independência e na comunidade de Monte Líbano, a qual é esquecida pelo poder público. Frisa que a luta dos vereadores deve continuar em prol dos bairros e distritos. Diz que os vereadores acabam sofrendo ameaças em redes sociais, mas as pessoas não conhecem o trabalho dos edis, que são pais, filhos e cidadãos. Pede que a palavra paz não seja apenas uma coisa dita da boca para fora, para que, assim, o Brasil e Cachoeiro possam vivenciar isso. Solicita ainda que as pessoas sejam respeitadas e se deem ao respeito. Também pede que, neste Natal, Jesus Cristo possa renascer em todos os corações. Segue pedindo desculpas aos vereadores, caso tenha sido mal interpretado ou durante os embates tenha parecido ser desrespeitoso. Deixa claro que é um prazer estar na Câmara com os colegas vereadores e, mesmo com pontos de vista diferentes, todos trabalham por um Município melhor. Afirma que Cachoeiro precisa de paz nas redes sociais e no dia a dia. Registra que nasceu no Zumbi, um bairro pobre, e tem muito orgulho de ser filho de um gráfico e uma professora. Inclusive diz que sempre trabalhou duro para se manter e que é preciso respeitar a origem das pessoas. Novamente pede paz e que haja muito amor e humanidade no coração dos cachoeirenses para que, juntos, possam resolver os problemas da cidade. / **Alexandre Andreza Macedo (PSB)**: — Deseja a todos um feliz Natal. Saliencia que este ano foi difícil, porque vieram muitas coisas pesadas para a Câmara e faltou união entre os vereadores para resolver alguns problemas. Dirigindo-se ao Vereador Arildo Boleba, deseja-lhe sucesso em seu mandato. Fala sobre o belo trabalho que o colega vem fazendo na Câmara. Frisa que o Distrito de Itaoca precisa dele, Alexandre, e do colega Arildo. Analisa que os vereadores chegam à Câmara com o sonho de ajudar as comunidades, mas a ação dos edis acaba sendo muito limitada. Parabeniza o colega Arildo pela obra que indicou em Alto Moledo, a qual foi realizada. Avalia que o sucesso do Vereador Arildo também é o sucesso de Itaoca. Pede a Deus muita saúde e sabedoria para o colega e equipe de trabalho. / **Allan Albert Lourenço Ferreira (PODE)**: — Diz que os vereadores buscam o melhor para as comunidades, mas são limitados. Comenta que o setor de saúde do Município passa por dificuldades, inclusive o colega Paulo Grola trouxe à Câmara o Dr. Elias para falar sobre a situação da Santa Casa. Frisa que os vereadores devem se unir e buscar junto aos deputados estaduais e federais e ao Governo do Estado uma forma de solucionar os problemas do setor de saúde no Município. Lembra que, este ano, a Câmara perdeu o Vereador Silvinho Coelho e a assessora Léa devido ao Covid-19 e que o assessor Valtair

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



ficou muito mal por causa dessa doença. Analisa que, diante da pandemia, é preciso agradecer a Deus pela vida, que é a maior vitória. Pede a Deus que abençoe com saúde e paz os vereadores, suas famílias e a todos os que estão acompanhando esta sessão. / **Sandro Dellabella Ferreira, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente a inclusão dos Projetos de Lei 100 e 102/2021 na pauta do dia. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador. / **Sebastião Ary Corrêa (Patriota):** — Ressalta que não tem muito o que comemorar em 2021, já que este ano sofreu perseguição e houve covardia e limitação por parte da Prefeitura à sua comunidade. Comenta que gostaria de poder parabenizar a Prefeitura por alguma melhoria feita em sua região, que engloba os Bairros Monte Belo, União, Álvaro Tavares, Arariguaba e Baiminas, mas nada foi realizado lá. Fala da sua decepção com o Executivo, que persegue quem não pensa do mesmo jeito que aquele Poder. Frisa que não comunga do pensamento do Executivo, inclusive acredita que Cachoeiro está andando para trás. Registra que houve um leilão de máquinas em Cachoeiro, no qual a Prefeitura arrecadou 1 milhão 128 mil reais. Espera que, com esse dinheiro, o governo dê de presente ao povo cachoeirense a iluminação pública e o conserto dos inúmeros buracos existentes nas ruas da cidade para que, assim, a população possa sorrir novamente. Analisa que, no mandato anterior, algumas coisas passavam despercebidas na Câmara; porém, agora, os vereadores fiscalizam o Executivo, o que não agrada ao governo, o qual faz retaliação às comunidades. Pede ao Executivo que pare de perseguir o vereador e atenda às comunidades, pois essa é a obrigação do referido Poder. Denuncia a situação em que se encontram várias árvores na cidade. Inclusive menciona que o Carlinhos Miranda, da Defesa Civil, já disse que há árvores que precisam ser cortadas, pois podem cair em cima da fiação elétrica. Recorda que falou sobre a necessidade de uma máquina desassorear o córrego do Bairro Monte Belo; do contrário, com a chuva, pessoas poderiam ficar desabrigadas. Conta que o secretário não quis fazer esse serviço e, agora, há várias famílias desabrigadas que perderam tudo, inclusive quase que a vida de uma criança foi ceifada, porque a parede da casa caiu em cima do berço. Avalia que a culpa por essa situação é do Secretário Vander e da Secretaria de Meio Ambiente, que afirmaram que o córrego do Bairro Monte Belo era uma nascente, quando, na verdade, era um “córrego de merda”. Diz-se envergonhado por ver a política mesquinha que as pessoas do Poder Executivo fazem, perseguindo a população pobre. Chama a atenção para o fato de que alguns bairros de Cachoeiro recebem cimento à vontade, enquanto para o dele não é disponibilizado saibro nem revsol. Deseja ao povo de Cachoeiro um feliz Natal. Parabeniza o Vereador Chupeta que reclamou que o posto de saúde do Bairro Zumbi estava fechado. Enfatiza que, se os vereadores se calarem, esses problemas vão continuar ocorrendo em Cachoeiro. / **Brás Zagotto (Tempo cedido pelo líder do Republicanos):** — Agradece ao Deputado Felipe Rigoni pela emenda parlamentar, no valor de 1 milhão 749 mil reais, para a construção do novo posto de saúde do Bairro Vila Rica, obra que será licitada e, em março, deverá ser dada a ordem de serviço para o início dela. Também agradece ao Secretário Vander pela pavimentação das Ruas Carolina Perim, José Três e José Paris e pela construção da escadaria que liga as Ruas Amélio Ronchetti à Wanderley Maurício de Oliveira, todas obras no Bairro Vila Rica. Registra que, através de emenda parlamentar do ex-senador Magno Malta, no valor de 450 mil reais, a Rua Ney Pimenta Coelho, no Bairro Maria Ortiz, será contemplada com pavimentação. Acrescenta que as Ruas João Mucelini, João Cipriano e Bernardo de Almeida, próximas à Loja Pianna, também serão pavimentadas e poderão ser utilizadas para desafogar o trânsito naquela região. Agradece à Mesa Diretora e aos vereadores que o ajudaram a presidir a Câmara. Também agradece aos membros do gabinete da presidência, aos seus assessores, aos servidores efetivos e comissionados e demais assessores de vereadores pelo trabalho desempenhado na Câmara. Lembra que, no ano passado, a Câmara de Cachoeiro estava na 67ª posição no ranking da transparência no Estado do Espírito Santo; hoje, está em 2º lugar. Diz que

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



o êxito da Câmara se deve ao trabalho de todos os vereadores e servidores. Agradece ainda à sua família, Sílvia, Breno, Gabriel e Leandro, pelo apoio durante este mandato. Deseja a todos um 2022 com muita saúde, paz e prosperidade e que Deus abençoe a cada um. Espera que, no próximo ano, a Câmara chegue ao topo do ranking da transparência no Estado do Espírito Santo. / Logo após, a pedido do Vereador Evandro Miranda, foi observado um minuto de silêncio para homenagear o falecido colega Sílvio Coelho Neto. / Dando continuidade, teve início a **Ordem do Dia**, sendo acatado pelo Presidente Brás Zagotto o pedido do Vereador Ely Escarpini para que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo fossem apreciados em bloco. / A seguir, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: 176/2021 – Diogo Pereira Lube** (Requer informação ao Exmo. Secretário Alexandre da Vitória referente à construção de abrigo de ponto de ônibus inacabado na Avenida Lacerda de Aguiar, na altura do Bairro Nossa Senhora da Glória, já que foi construída somente uma espécie de tablado de concreto, e a obra foi abandonada. Então, para qual data está prevista a entrega finalizada da construção de tal abrigo de ponto de ônibus?); **177/2021 – Diogo Pereira Lube** (Requer que o Exmo. Sr. Márcio Correia Guedes, Secretário Municipal de Fazenda, lhe informe se a via que liga a Rua Everaldo Guimarães à Adonis Costa, no Bairro Bom Pastor, possui nomenclatura); **178/2021 – Diogo Pereira Lube** (Requer que o Exmo. Sr. Márcio Correia Guedes, Secretário Municipal de Fazenda, lhe informe se a via que liga a Rua Derli Machado Brasil à Osvaldo Alves, no Bairro Boa Esperança, possui nomenclatura); **179/2021 – Paulo Sérgio de Almeida** (Requer informação ao Cadastro Imobiliário, Secretaria Municipal de Fazenda, referente à certificação de que o nome “Geraldo Carlos Pirovane” não é denominador de outra rua no Município e, ainda, que o beco público, no Bairro Agostinho Simonato, não possui denominação); **180/2021 – Paulo Sérgio de Almeida** (Requer informação ao Cadastro Imobiliário, Secretaria Municipal de Fazenda, referente à certificação de que o nome “Luiz Gonçalves Costa” não é denominador de outra rua no Município e, ainda, que a rua na localidade de Safra, a partir da BR-101, Km 413, nas proximidades da Cerâmica do Carmo, não possui denominação); **181/2021 – Paulo Sérgio de Almeida** (Requer informação ao Cadastro Imobiliário, Secretaria Municipal de Fazenda, referente à certificação de que o nome “Alvacyr Francisco Paulo” não é denominador de outra rua no Município e, ainda, que a rua no Bairro Elpídio Volpini não possui denominação); **183/2021 – Paulo Sérgio de Almeida** (Requer informação ao Cadastro Imobiliário, Secretaria Municipal de Fazenda, referente à certificação de que o nome “Romildo Rodrigues” não é denominador de outra rua no Município e, ainda, que o beco público, no Bairro Agostinho Simonato, não possui denominação); **182/2021 – Sebastião Ary Corrêa** (Requer que o Exmo. Sr. Márcio Correia Guedes, Secretário Municipal de Fazenda, lhe informe se as seguintes ruas possuem nome cadastrado no Município: 1 – Rua atualmente conhecida como Rua 2, rua da Igreja Católica, paralela à rua principal Gilberto Machado, no Bairro Village da Luz. 2 – Rua atualmente conhecida como Rua 7, rua da Merceria do Roberto, paralela à rua principal Gilberto Machado, no Bairro Village da Luz. 3 – Rua atualmente conhecida como Rua 9, paralela à rua principal Gilberto Machado, no Bairro Village da Luz. 4 – Rua atualmente conhecida como Rua 4, paralela à rua principal Gilberto Machado, no Bairro Village da Luz. 5 – Rua atualmente conhecida como Rua 8, paralela à rua principal Gilberto Machado, no Bairro Village da Luz); **Enviando Votos de Congratulação:** 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893 e 894/2021 – Delandi Pereira Macedo; 851/2021 – Evandro Miranda; 850 e 865/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863 e 864/2021 – Osmar Francisco; 866/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 852/2021 – Sebastião Ary Corrêa; **Projetos de Decreto Legislativo:** 588/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 591 e 592/2021 – Evandro Miranda; 593/2021 – Paulo Grola; 589 e 590/2021 –

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Sandro Dellabella Ferreira. / Na sequência, **foi aprovado**, por quinze votos contra um do plenário, **o Projeto de Lei 92/2021 – Poder Executivo** (Ratifica alterações promovidas no contrato de consórcio público por meio de deliberações da assembleia geral CIM Polo Sul, no tocante ao ingresso de novos Municípios consorciados, e dá outras providências). **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida e Sandro Dellabella Ferreira. **Votou contra:** José Carlos Corrêa Cardoso Júnior. / Prosseguindo, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 99/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira** (Dispõe sobre a poluição sonora causada por veículos automotores de transporte viário no Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências), com Emenda Aditiva ao parágrafo único do artigo 2º, aposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Explica que ele e o Vereador Allan apresentaram dois projetos semelhantes. Conta que, com muita humildade, o Vereador Allan retirou o projeto dele, que precisava de alguns ajustes, e apoiou a sua proposta. Afirma que o povo de Cachoeiro não suporta mais o barulho ensurdecido das motos e carros com descargas adulteradas; então, fala sobre a importância de esse projeto ser aprovado na Câmara. Comenta que já conversou com o Secretário Alex da Vitória sobre a necessidade de que seja adquirido um decibelímetro, equipamento que mede o nível de som, para que esse projeto, depois de aprovado, possa ser colocado em prática. Repete que o povo cachoeirense não aguenta tanta baderna, bagunça causada por esses veículos. Registra que o Vereador Allan é pré-candidato a deputado estadual, o qual considera que tem grande chance de ser eleito, já que o princípio da humildade é visto por Deus com bons olhos. Pede aos colegas que votem a favor do projeto com a emenda apresentada pelo Vereador Juninho na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, cujo objetivo é normatizar os eventos liberados pela Prefeitura de Cachoeiro. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Ressalta que foram feitas duas emendas, mas ocorreu um erro de redação na primeira; então, ela deve ser desconsiderada. Frisa que apenas a emenda número 2 deve ser votada. / Postos em votação, **o Projeto de Lei 99/2021**, acima descrito, e a **Emenda Aditiva foram aprovados** por unanimidade dos presentes. / Logo após, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Lei 102/2021 – Sandro Dellabella Ferreira** (Institui o Programa “IPTU Verde” no Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências), com Emenda Modificativa ao artigo 4º incisos I, II e III, e ao artigo 7º, aposta pelo Vereador Sandro Dellabella Ferreira. / Seguindo, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Lei 100/2021 – Sandro Dellabella Ferreira** (Institui no calendário oficial do Município de Cachoeiro de Itapemirim o “Dia da Favela”, e dá outras providências). / Dando sequência, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Lei 107/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira** (Dispõe sobre a publicação, em site oficial do Município na internet, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas, discriminada por especialidade, exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município, e dá outras providências), com Emendas Supressiva ao artigo 7º e Modificativa à ementa, aos artigos 2º e 6º e ao caput do artigo 1º, apostas pelo Vereador Marcelo Fávero de Oliveira. / Logo depois, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Lei 114/2021 – Poder Executivo** (Inclui e altera dispositivos na Lei 7777, de 12 de dezembro de 2019, que institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, e dá outras providências). / Prosseguindo, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Lei 117/2021 – Mesa Diretora** (Dispõe sobre alteração do parágrafo único do artigo 4º da Lei 7735/2019, de 03 de outubro de 2019). / Em seguida, **foram aprovados**, por unanimidade dos

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



presentes, os seguintes **Projetos de Lei**, denominando vias públicas no Município: **128 e 130/2021 – Arildo Tomaz Bucker**. / Continuando, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 131/2021 – Poder Executivo** (Dispõe sobre a criação do serviço público de loteria no Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, e dá outras providências). / **Brás Zagotto (Presidente)**: — Diz que todos os vereadores têm conhecimento desse projeto; então, pede aos colegas que votem a favor dele. / Posto em votação, **o Projeto de Lei 131/2021**, acima descrito, **foi aprovado** por doze votos contra três do plenário, sendo registradas as abstenções dos Vereadores Delandi Pereira Macedo, Ely Escarpini e Leonardo Cleiton Camargo. **Votaram a favor**: Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Diogo Pereira Lube, Evandro Miranda, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida e Sandro Dellabella Ferreira. **Votaram contra**: José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Osmar Francisco e Sebastião Ary Corrêa. / **Seguem justificativas de voto**: / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior**: — Considera inútil criar uma loteria municipal, porque esse programa não vai atrair pessoas para jogar em Cachoeiro. / **Adriano Pereira Verediano**: — Registra que votou favorável por se tratar de um projeto que já existe na esfera federal. Então, salienta que, criando essa loteria, o Município vai receber recursos. Frisa que cabe aos vereadores fiscalizar como será feita a arrecadação e onde o valor vai ser investido. / **Osmar Francisco**: — Menciona que votou contra, porque, antes de ser apreciado esse projeto, os vereadores deveriam saber onde será investido o valor arrecadado, se em hospitais ou asilos. / **Adriano Pereira Verediano, levantando questão de ordem**: — Pede ao presidente a inclusão na pauta do Projeto de Lei 133/2021. / **Brás Zagotto (Presidente)**: — Acata o pedido do vereador. / Na sequência, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 132/2021 – Poder Executivo** (Institui o Programa Nota Premiada Cachoeiro, e dá outras providências). / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior**: — Avisa que a Comissão de Constituição e Justiça fez um pedido de informação ao Executivo a respeito desse projeto, mas ainda não recebeu a resposta. / **Alexandre Andreza Macedo**: — Pede ao presidente que isso seja jogado para o plenário decidir. / **Adriano Pereira Verediano**: — Pergunta se esse projeto tem parecer da procuradoria da Casa. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior**: — Responde que sim. Inclusive diz que o parecer da procuradoria solicita que seja feito um pedido de informação e que apenas depois da resposta do Executivo seja dada tramitação regular ao projeto. / **Brás Zagotto (Presidente)**: — Comunica que, como foi feito um pedido de informação pela CCJR, o projeto não vai ser apreciado hoje. / Logo após, **foi aprovado**, por doze votos contra seis do plenário, **o Projeto de Lei 133/2021 – Adriano Pereira Verediano** (Dispõe sobre a reserva de vagas, em prol de negros/pretos, pardos e indígenas, nos concursos públicos e processos seletivos no âmbito da administração pública do Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, e dá outras providências). **Votaram a favor**: Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Pinheiro Dutra, Osmar Francisco e Paulo Grola. **Votaram contra**: José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Marcelo Fávero de Oliveira, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. / Dando continuidade, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 135/2021 – Poder Executivo** (Dispõe sobre normas urbanísticas aplicáveis à instalação e ao licenciamento de infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações e estações transmissoras de radiocomunicação – ETR, autorizadas e homologadas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, no Município de Cachoeiro de Itapemirim, nos termos da legislação federal vigente, e dá outras providências). / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior**: — Registra que a Comissão de Constituição também fez pedido de informação sobre esse projeto, o que foi recomendado pela procuradoria. Informa que

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



tal pedido está no sistema da Câmara. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Solicita ao presidente que seja averiguado, pois foi informado que a resposta já chegou à Casa. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que esse projeto também será apreciado depois. / **Leonardo Cleiton Camargo, levantando questão de ordem:** — Pede ao presidente que o Projeto de Lei 125/2021 seja incluído na pauta do dia. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador. / Depois, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, o **Projeto de Lei 125/2021 – Leonardo Cleiton Camargo** (Dispõe sobre a obrigatoriedade de agropecuárias, clínicas veterinárias, “pet shops” e estabelecimentos congêneres a fixarem placas informativas, acerca do crime de maus-tratos a animais, e contém providências), com Emenda 1/2021, aposta pelo Vereador Leonardo Cleiton Camargo. / A seguir, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei Substitutivo 03/2021 – Poder Executivo** (Altera e acrescenta dispositivos na Lei 5.394, de 27 de dezembro de 2002, Código Tributário Municipal – CTM, e dá outras providências). / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Comunica que a CCJR também fez um pedido de informação a respeito desse projeto. / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — Registra que tal projeto chegou à Câmara em 17/12 e é importante para o Município. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que a resposta ao pedido de informação já chegou. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Pergunta onde está essa resposta. / **Paulo Sérgio de Almeida, levantando questão de ordem:** — Comenta que esse projeto também fala sobre a isenção no transporte público municipal. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Avisa ao Vereador Paulinho que isso foi retirado. Menciona que o projeto ainda derruba a votação da Planta Genérica. / **Delandi Pereira Macedo:** — Questiona se realmente esse projeto derruba essa votação. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Explica que essa proposta vai manter o mesmo desconto de 2021 na Planta Genérica para 2022; do contrário, vai prevalecer a votação feita em 2010. / **Delandi Pereira Macedo:** — Indaga se isso tem alguma coisa a ver com a Planta Genérica. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Responde que sim, porque esse projeto vai manter o que foi votado pela Câmara em 2010. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Ressalta que, na verdade, o prefeito está prorrogando a Planta Genérica para 2023. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Diz que esse projeto é importante para Cachoeiro. Lembra que, quando os vereadores votaram o projeto da Planta Genérica, não sabiam a respeito do reajuste do IPTU. Frisa que é inadmissível pensar em não votar essa proposta agora. Analisa que, como o presidente já acatou a apreciação desse projeto hoje, só não vai votar quem quer o mal do governo e da população de Cachoeiro no contexto geral. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Salaria que procurou o corpo técnico da Secretaria de Fazenda por onde passou esse projeto. Inclusive cita que o Piazzarolo, servidor daquela pasta, disse que essa matéria faz algumas adequações necessárias, como, por exemplo, a redução do ITBI de 2,5% para 2%. Então, analisa que a aprovação desse projeto será boa para a população de Cachoeiro. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acredita que novas empresas vão vir para Cachoeiro com a aprovação dessa proposta. / **Diogo Pereira Lube:** — Considera que a votação desse projeto é fundamental para os munícipes, mas os vereadores precisam cobrar que o Poder Executivo passe informações à população sobre o que é a Planta Genérica e o que vai acontecer em 2023, pois o aumento programado lá atrás só está sendo prorrogado. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Menciona que esse projeto dá a possibilidade de discutir lá na frente o que seria reajustado agora. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Salaria que, quando o colega Alexandre de Itaoca fala sobre quem está contra o governo e a sociedade, está jogando a responsabilidade no colo dos vereadores. Afirma que, na verdade, quem está contra a sociedade é o poder público, que lançou o enorme aumento no IPTU. Informa que já leu esse projeto, sabe que é bom e, por isso, vai votar a favor dele. Enfatiza que nunca esteve contra o povo de Cachoeiro. Repete que a Prefeitura é que estava contra a população e, se ele não tivesse gritado, o povo iria pagar um valor muito salgado de IPTU. Deixa claro que nenhum vereador da Câmara, votando



“sim” ou “não” nesse projeto, está contra a população. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Explica que, se esse projeto não for votado agora, haverá reajuste já no próximo ano. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Esclarece que, com a votação desse projeto, serão mantidos para o próximo ano o valor da Planta Genérica e também o desconto no IPTU de 90% para quem pagar à vista e 80%, no parcelado. Assim, pede aos vereadores que votem a favor do projeto, que é importante para a sociedade. / Posto em votação, o **Projeto de Lei Substitutivo 03/2021**, acima descrito, **foi aprovado** por dezessete votos a favor, sendo registrada a abstenção do Vereador José Carlos Corrêa Cardoso Júnior. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. / **Segue justificativa de voto:** / **Alexandre Valdo Maitan:** — Registra que votou a favor do projeto devido ao encaminhamento feito pelo Vereador Paulinho Careca, que é referência no que diz respeito à questão tributária. / Na sequência, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, o **Projeto de Resolução 18/2021 – Osmar Francisco e demais vereadores** (Denomina o atual gabinete “3” da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim como “Sílvio Coelho Neto”, e dá outras providências). / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — Diz que não foi feito pedido de informação a respeito do Projeto de Lei 135/2021, o qual considera importante para o Município. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Explica que o pedido de informação não está anexado, porque o projeto chegou ontem, mas consta no sistema da Câmara. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Pergunta qual o entendimento do presidente quanto a essa questão. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Frisa que já declarou o seu entendimento e não vai voltar atrás. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Diz que o projeto não será votado, mas não por causa do pedido de informação. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Comunica que, se for preciso, será marcada uma sessão extra para votar esse projeto. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Registra que o Dr. Pedro, da procuradoria, disse que havia um pedido de informação, e o presidente seguiu essa orientação. Salaria que o Dr. Pedro precisa se alinhar para orientar a presidência. / **Marcelo Fávero de Oliveira, levantando questão de ordem:** — Reforça a ideia do presidente de ser feita uma sessão extra para a votação desse projeto, que é de grande importância para o Município. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que não vê nenhum problema em fazer uma sessão extra. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Pergunta se o projeto pode ser votado na sessão de manhã. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Explica que a sessão de amanhã será específica para votar o orçamento, mas pode ser feita outra para a votação desse projeto. / **Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem:** — Considera o projeto que trata do 5G importante para Cachoeiro e, se não há nenhum vício de iniciativa nem irregularidade constitucional na matéria, o presidente pode convocar outra sessão extra para às 16:00 horas, depois da votação do orçamento. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que vai convocar uma sessão extra para sexta-feira, às 9:00 horas. / **Delandi Pereira Macedo:** — Comenta que, sexta-feira, é véspera de feriado. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que vai dar sequência à sessão e, ao final dela, discutirá a situação desse projeto. / Em seguida, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, o **Projeto de Resolução 18/2021 – Sebastião Ary Corrêa e demais vereadores** (Denomina o atual gabinete “11” da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim como “Fábio Mendes Glória”, e dá outras providências). / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pergunta aos vereadores se não é melhor fazer a sessão extraordinária para a votação do orçamento na parte da manhã, às 9:00 horas, e, depois, às 11:00 horas, outra para a apreciação do projeto do 5G. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Registra que, como a sessão estava marcada para a tarde, já tem duas agendas importantes para a parte da manhã, mas o

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



plenário é soberano e pode decidir isso. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que, depois, vai colocar em votação se as sessões serão na parte da tarde ou da manhã. / Logo após, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 105/2021 – Poder Executivo** (Institui o novo Plano Diretor Municipal – PDM – de Cachoeiro de Itapemirim, instrumento básico da política de desenvolvimento territorial do Município, nos termos do capítulo III da Lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade, e estabelece as diretrizes da política de desenvolvimento territorial municipal, e dá outras providências), com emendas. / **Diogo Pereira Lube (Secretário):** — Informa que o Dr. Pedro vai fazer algumas considerações sobre as emendas. / **Pedro Henrique Ferreira Vassalo Reis:** — Explica que há diversas emendas ao projeto, sendo que a 3 e a 5 são conflitantes, as quais devem ser votadas de forma separada, pois uma derruba a outra. Acrescenta que as demais emendas podem ser apreciadas em bloco. Registra que as emendas 3 e 5 falam sobre o artigo 187, sendo que uma suprime o parágrafo 2º; a outra, altera. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Solicita ao presidente que as emendas sejam votadas em destaque. / **Delandi Pereira Macedo:** — Agradece ao presidente pela confiança nele e nos Vereadores Marcelinho, Alexandre de Itaoca, Léo Cabeça e Vandinho, que fizeram parte da comissão especial para analisar as propostas feitas em audiências públicas sobre o PDM. Informa que essa comissão apresentou 13 emendas ao projeto. Agradece ao Secretário Alexandro da Vitória e demais servidores da SEMURB que deram apoio para a discussão técnica do PDM. Registra que as emendas sugeridas por essa comissão foram pautadas na necessidade de ser dada luz a pontos específicos do projeto, melhorando o entendimento para o público e para os seus operadores. Comenta que a comissão especial verificou a necessidade de mudar alguns dispositivos pontuais para a adequação ao que entendeu como sendo o anseio da sociedade civil. Assim, diz que, com as emendas, a comissão buscou fortalecer os distritos, a atividade de mineração controlada, a preservação das APP's, especialmente a do Rio Itapemirim, a harmonia, a relação entre os Poderes e o resguardo a todos os munícipes cachoeirenses. Frisa que todas as emendas foram redigidas, zelando pelo apuro na técnica redacional, com vistas a manter a clareza, a precisão e a ordem lógica das matérias tratadas. Salaria que, entre as emendas, foi sugerida a criação de uma área controlada de mineração, pois esse setor não pode crescer de forma desordenada e causar problemas ambientais ou socioeconômicos para os moradores de Cachoeiro de Itapemirim. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Solicita ao presidente que as emendas 1, 2, 3 e 4, de sua autoria, sejam retiradas, sendo votada apenas a de número 5. / **Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem:** — Agradece ao Vereador Júnior Corrêa por retirar suas emendas, as quais já foram contempladas na apresentada pela comissão. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Salaria que a emenda 3 foi melhorada pela de número 5. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Considera esse um momento histórico para o Município. Parabeniza o Vereador Delandi, presidente da comissão especial, e os demais membros pelo trabalho. Também parabeniza o Secretário Alex e os servidores da SEMURB pela bela construção do projeto do PDM. Diz ter certeza de que, a partir de 2022, com o novo PDM, Cachoeiro avançará a passos largos. Ressalta que, com a aprovação do Código Florestal, na esfera federal, e a abertura do PDM às construções feitas na beirada de rios e de APP's, haverá um grande avanço em Cachoeiro. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Agradece aos vereadores que participaram da comissão e das audiências públicas. Informa que a Câmara trabalhou em cima do Regimento Interno, chamando os setores da sociedade para participarem dessas audiências. Agradece ao Secretário Alex e equipe que dialogaram com a sociedade sobre as emendas, as quais buscam apenas facilitar a resolução das demandas dos contribuintes de Cachoeiro. / **Adriano Pereira Verediano:** — Parabeniza o Presidente Brás pela organização das audiências públicas e a todos os profissionais envolvidos na elaboração do PDM. Também parabeniza a comissão especial que desenvolveu as emendas ao PDM, projeto que vai trazer



desenvolvimento para Cachoeiro. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Agradece também à Renata Fiório, que acompanhou as reuniões do PDM. / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — Pede ao presidente que a Emenda 7/2021 seja apreciada em destaque. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que a Emenda 13/2021 também seja votada em destaque. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz achar redundante que todo relatório tenha que passar pela Câmara, já que o papel da Casa é fiscalizar. / Posta em votação, **a Emenda 7/2021** (Aditiva ao artigo 302), aposta pela Comissão Especial para Análise e Verificação das Propostas de Emendas Oferecidas em Audiência Pública ao PDM, **foi rejeitada** por quinze votos contra três do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Valdo Maitan, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior e Osmar Francisco. **Votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. / Seguindo, foi colocada **em discussão a Emenda 13/2021** (Aditiva ao artigo 41), aposta pela Comissão Especial para Análise e Verificação das Propostas de Emendas Oferecidas em Audiência Pública ao PDM. / **Delandi Pereira Macedo:** — Registra que tinha restrições quanto à efetividade da Emenda 7/2021, na qual votou contra. Frisa que as demais emendas feitas ao PDM foram criteriosas e as considera muito importantes. Então, pede aos colegas vereadores que votem a favor das outras emendas, pois elas vão dar mais robustez e qualidade ao projeto. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Diz que, com exceção da Emenda 7, as demais devem ser aprovadas para que o PDM de Cachoeiro seja mais robusto. / Posta em votação, **a Emenda 13/2021**, acima descrita, **foi aprovada**, por dezessete votos contra um do plenário. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. **Votou contra:** Alexandre Valdo Maitan. / **Segue justificativa de voto:** / **Alexandre Valdo Maitan:** — Parabeniza a todos os componentes da comissão especial pelo trabalho. Explica que diverge da Emenda 13 por orientação da comunidade quanto ao agroturismo. Inclusive menciona que essa questão do agroturismo pode ser solucionada depois. / Prosseguindo, foi colocado novamente **em discussão o Projeto de Lei 105/2021 – Poder Executivo** (Institui o novo Plano Diretor Municipal – PDM – de Cachoeiro de Itapemirim, instrumento básico da política de desenvolvimento territorial do Município, nos termos do capítulo III da Lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade, e estabelece as diretrizes da política de desenvolvimento territorial municipal, e dá outras providências), com as seguintes Emendas: 1/2021 (Modificativa ao inciso X do artigo 29), 2/2021 (Modificativa ao inciso VI do artigo 35), 3/2021 (Aditiva ao artigo 334), 4/2021 (Modificativa ao inciso I do artigo 75), 5/2021 (Modificativa ao artigo 139), 6/2021 (Modificativa ao artigo 165), 8/2021 (Modificativa e Aditiva ao artigo 329), 9/2021 (Aditiva ao artigo 332), 10/2021 (Modificativa ao parágrafo 1º do artigo 233), 11/2021 (Modificativa ao parágrafo 2º do artigo 187), 12/2021 (Modificativa ao artigo 173) e 13/2021 (Aditiva ao artigo 41), apostas pela Comissão Especial para Análise e Verificação das Propostas de Emendas Oferecidas em Audiência Pública ao PDM. / **Diogo Pereira Lube:** — Salienta que o projeto do novo PDM vai permitir as atividades de microcervejarias em Cachoeiro, o que considera muito importante. Lembra que, no mandato anterior, ele e os ex-vereadores Wallace e Renata apresentaram um projeto autorizando o funcionamento de microcervejarias e pub's em Cachoeiro, o qual foi aprovado, mas, no entendimento do Município, ainda havia coisas a serem apresentadas, e foi movida uma Ação de

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Inconstitucionalidade contra tal lei. Conta que, através de diálogo com o Secretário Alex da Vitória, ficou garantido aos microempreendedores que o novo PDM liberaria a atividade de microcervejarias em Cachoeiro, a qual considera importantíssima para o turismo e a geração de empregos e renda no Município. Parabeniza a comissão especial da Câmara pela ampla discussão do projeto do PDM. Pede aos colegas vereadores que aprovem o PDM com as emendas. / **Delandi Pereira Macedo:** — Ressalta que, há muitos anos, tem havido dificuldades para a implantação de novos empreendimentos em Cachoeiro devido aos problemas relacionados ao PDM. Fala também sobre a dificuldade na elaboração de um novo PDM, o que deveria ter sido feito há quase 6 anos. Inclusive lembra que foram feitas interpelações judiciais devido ao vício de encaminhamentos dos processos ao PDM, cujo plano vai se encerrar com a aprovação do novo. Frisa que este é um momento importante para o Município, pois está sendo dada uma nova roupagem ao PDM, o que vai permitir investimentos em Cachoeiro e também que a Secretaria de Urbanismo possa desenvolver o seu trabalho com mais facilidade. Comenta ainda que é preciso destravar o Código de Obras e outros processos para que as coisas possam fluir no Município. Registra que a Câmara sempre vai estar aberta para debater outros projetos para enrobustecer o desenvolvimento da cidade, fazendo com que, assim, mais empresas se instalem em Cachoeiro. Enfatiza que é preciso buscar junto ao Governo do Estado que a Fazenda Monte Líbano se torne um pilar importante para o crescimento do Município na área industrial. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Parabeniza os vereadores e a comissão especial pelo trabalho. Destaca que todos os servidores da SEMURB, do secretário ao motorista, trabalharam muito em favor do projeto do PDM, que estava travado há 6 anos. Comenta que há uma lei federal que trata do afastamento das construções da beirada dos rios, o que trava muitos investimentos nas cidades, como Cachoeiro. Inclusive diz que, quando essa questão for discricionária do Município, a situação vai melhorar muito. Menciona que nenhum empresário quer degradar o meio ambiente, e sim deseja gerar mais empregos e renda. / Postos em votação, o **Projeto de Lei 105/2021 e emendas**, acima descritos, **foram aprovados** por unanimidade dos presentes. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que vai colocar em votação se será realizada uma sessão extra, após a da votação do orçamento, com dispensa do prazo de 72 horas para a convocação dos vereadores, para a apreciação do projeto que trata do 5G. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, levantando questão de ordem:** — Comenta que o Vereador Alexandre de Itaoca fez uma acusação, inclusive disse que o presidente não foi bem assessorado pelo Procurador Pedro. Registra que o Processo 253281/2021 é o pedido de informação que fez a respeito do projeto que trata do 5G. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que esse pedido de informação ainda não estava no sistema. Diz que o plenário, que é soberano, vai decidir se será feita a sessão para votar o projeto que trata do 5G. / Posto em votação, o **pedido para a realização da sessão extraordinária, com dispensa do prazo de 3 dias para convocação dos vereadores, foi aprovado** por treze votos contra quatro do plenário. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Arildo Tomaz Buckner, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola e Sandro Dellabella Ferreira. **Votaram contra:** Alexandre Valdo Maitan, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Paulo Sérgio de Almeida e Sebastião Ary Corrêa. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que as sessões serão às 14:00 horas, para a votação do orçamento, e às 16:00 horas, para a apreciação do projeto do 5G. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas, Redatora de Atas.